

Luciano Amaral OLIVEIRA *
lucianoamaral64@yahoo.com

*Professor adjunto de Linguística Aplicada da
Universidade Estadual de Feira de Santana

RELEITURAS ACERCA DE CONCEITOS BÁSICOS DA TEORIA DA TRADUÇÃO SOB A ÓTICA PÓS-ESTRUTURALISTA

RESUMO

Este artigo aborda conceitos básicos da teoria da tradução, problematizando-os a partir da ótica pós-estruturalista. O objetivo é revelar pontos negativos e positivos da forma como a teoria pós-estruturalista aborda tais conceitos.

PALAVRAS-CHAVE

Equivalência; invisibilidade; fidelidade; texto original; significado literal.

RE-READING BASIC TRANSLATION THEORY CONCEPTS FROM A POST-STRUCTURALIST STANDPOINT

ABSTRACT

This article considers basic translation theory concepts, problematizing them from the post-structuralist standpoint. The aim is to reveal negative and positive features in the way post-structuralist theory approaches such concepts.

KEYWORDS

Equivalence; invisibility; fidelity; original text; literal meaning.

1. Considerações iniciais

Ao longo da sua história, a teoria da tradução viu conceitos serem consagrados por uns e execrados por outros. Dentre esses conceitos, destacam-se os seguintes: equivalência, invisibilidade, fidelidade, texto original e significado literal. O destaque se dá por causa da forma como eles se consolidaram na metalinguagem tradutória e como eles vieram a se tornar os alvos das críticas dos teóricos pós-estruturalistas.

Hoje em dia, há teóricos pós-estruturalistas da tradução que radicalizam a ponto de criticarem duramente mestrandos e doutorandos que ousam utilizar conceitos como equivalência e significado literal, por exemplo. Mas será que tanto radicalismo e intolerância teórica procede? Será que a reflexão pós-estruturalista acerca de conceitos da tradução possui apenas pontos positivos ou será que ela revela pontos negativos?

O objetivo deste texto é abordar essas questões por meio da análise dos conceitos mencionados acima sob a ótica da teoria pós-estruturalista da tradução, ótica essa que também é submetida a análise.

2. Conceitos básicos da teoria da tradução

Tradicionalmente, a tradução é definida como o processo de transferência ou de transporte dos significados de uma língua para outra ou como a substituição de significados de uma língua por significados equivalentes em outra língua. Essa é a visão de teóricos tradicionais da tradução, como John Catford e Eugene Nida. Observe-se que Lawrence Venuti (1994, p.18), um teórico contemporâneo, também usa o termo substituição (*replacement*) para definir tradução: "*Translation is the forcible replacement of the linguistic and cultural difference of the foreign text with a text that will be intelligible to the target language reader*".¹

Infelizmente, esses teóricos não anteciparam a leitura que poderia ser feita das definições que ofereceram, já que substituir uma coisa por outra e transferir ou transportar algo de um lugar para outro implicam que essa coisa e esse algo são entidades que já se encontram prontas aguardando apenas o momento do seu deslocamento espacial. Essa é uma visão muito simplista e irreal da complexa tarefa construtiva e transformadora que é a tradução, lucidamente criticada pelos teóricos pós-estruturalistas. Afinal, considerar a tradução uma mera substituição ou um mero transporte minimiza o papel do tradutor e caracteriza o significado como algo congelado à espera do transporte. A crítica procede.

Note-se que um conceito frequentemente presente em definições de tradução é o conceito de equivalência, que tem causado muita discussão entre os teóricos pós-estruturalistas, para quem esse termo deixa transparecer a idéia de tradução como transporte ou substituição. Cristina Rodrigues (1999) concorda com essa idéia ao afirmar que conceitos como o de equivalência criam expectativas que levam as pessoas a associarem a tradução com a noção de falha ou de inferioridade.

Tal leitura do conceito de equivalência deve ser vista com cuidado porque o problema, na verdade, reside no fato de inexistir uma definição clara de equivalência. Aparentemente, todos os teóricos partem do pressuposto de que todos eles conhecem o conceito. Esse suposto conhecimento tácito inevitavelmente acaba por incorporar, segundo Rodrigues, a etimologia e o significado matemático do termo equivalência, o qual seria igualdade. Como consequência, tanto do ponto de vista etimológico quanto do ponto de vista matemático, a equivalência entre línguas diferentes passaria a ser uma empreitada impossível porque necessitaria da existência de valores interlingüísticos iguais. Isso não é possível sob a luz da concepção saussuriana.

Dentro do modelo saussuriano, no qual o conceito de valor desempenha um papel crucial, postular a igualdade entre os valores de palavras de línguas diferentes realmente não faz sentido. A igualdade entre duas palavras de línguas diferentes só pode ser vislumbrada em termos numéricos, e não em termos de significação, dentro do arcabouço teórico da Cabala Estática, a arte combinatória criada por Abraham Abulafia no século XIII (ECO, 2001d, p.50). Seguindo a Ca-

1. A tradução é a substituição forçada da diferença lingüística e cultural do texto estrangeiro por um texto que seja

bala Estática, duas palavras com significados distintos podem ter o mesmo valor cabalístico ao serem somados os valores de cada uma de suas letras.

Contudo, o mesmo não pode ser dito com relação à equivalência entre palavras de línguas diferentes, no que diz respeito aos seus significados. O que os críticos do conceito de equivalência parecem se esquecer é que, mesmo em termos matemáticos, equivalência não significa igualdade. Por exemplo, a quantia de R\$100,00 aplicada a uma taxa de 5% a.m. durante um mês, quando a taxa mensal de inflação é de 5%, gera a quantia de R\$105,00. Nesse caso, R\$105,00, ao final de um mês, equivale a R\$100,00; mas essas quantias não são iguais. No dia 12 de fevereiro de 2003, um dólar americano equivalia a R\$3,60, mas um dólar americano e R\$3,60 não são iguais. Analogamente, o significado literal da palavra da língua inglesa *sun* equivale ao significado literal da palavra da língua portuguesa *sol*, mas, obviamente, essas duas palavras não são iguais em termos de valor. Essa idéia de que equivalência e igualdade não significam a mesma coisa fica clara no seguinte trecho de John Lyons (1997, p.194), que tem uma opinião bastante lúcida e equilibrada:

A questão da equivalência semântica entre lexemas de diferentes línguas é complexa e controversa e depende, em última análise, da equivalência cultural dos objectos, das instituições e das situações. Os locutores bilíngues suficientemente familiarizados com o contexto cultural em que duas línguas operam estão frequentemente de acordo, se não sempre, acerca da equivalência ou não-equivalência semântica dos lexemas. [...] Se os locutores bilíngues das duas línguas considerarem que um lexema da língua A (num dos seus sentidos) tem (mais ou menos) o mesmo significado que um lexema da língua B (num dos seus sentidos), podemos dizer que os dois lexemas (nos seus sentidos pertinentes) são (mais ou menos) equivalentes quanto à sua aplicabilidade: podem ser aplicados às mesmas situações.

Fica claro que equivalência não significa igualdade: equivalência é algo mais ou menos, e não algo exato. Se os teóricos que optam por usar o termo equivalência no âmbito da tradução elaborassem uma definição operacional para esse termo, talvez essa controvérsia diminísse. Afinal, os termos equivalência e equivalente têm sido tão usados em tradução que é conveniente mantê-los, bastando apenas deixar claro o que eles significam e o que eles não significam dentro da tradução. Mona Baker (1999, p.5-6), por exemplo, lança mão desses termos por todo o livro *In other words: a coursebook on translation* exatamente por uma razão de conveniência: "the term equivalence is adopted in this book for the sake of convenience – because most translators are used to it rather than because it has any theoretical value".² Assim, Baker fala de equivalência no nível da palavra, equivalência gramatical, equivalência textual e equivalência pragmática. Mas Baker também não define equivalência.

Contudo, pelo fato de ter sempre sido usado, esse termo pode vir a ser definido do operacionalmente pelos teóricos da tradução que optam por seu uso e, assim, continuar a ser útil para a metalinguagem tradutória, só que sem causar contravérsias. Até mesmo Rosemary Arrojo (2002, p.34), uma das teóricas da tradução mais influenciadas pela teoria pós-estruturalista, usa o termo equivalente de uma maneira bem natural (e talvez inconsciente) quando realiza e comenta a tradução de um poema: "é importante que as associações desenvolvidas a partir de *plums* encontrem equivalentes no texto traduzido".

Não bastasse toda a controvérsia que a busca da equivalência tradutória causou entre teóricos da tradução, a definição do ato de traduzir feita por Nida (NIDA; TABER, 1982) abre o caminho para mais uma polémica. Ele propõe que o tradutor busque não apenas uma tradução equivalente, mas também uma tradução natural. Rodrigues (ibid.) lembra que uma tradução equivalente e natural seria uma tradução que é lida fluentemente pelo leitor da língua-meta, i.e. ler a tradução e não perceber que o texto é uma tradução. Logo, uma possível interpretação da maneira como Nida define tradução é que ele, conscientemente ou não, parece propor a invisibilidade do tradutor, que é outra questão controversa e sem uma solução definitiva.

Do ponto de vista ideológico, em termos do eterno embate entre capital e trabalho, a invisibilidade do tradutor, supostamente inerente a uma tradução fluente e natural, é ruim para os tradutores. Ela contribui para a situação profissional desfavorável que os tradutores sempre enfrentaram na medida em que ele se aliena e é alienado do produto do seu próprio trabalho. Afinal, se um tradutor deve ser invisível, como ele poderá lutar por melhores remunerações e por reconhecimento autoral e social? Isso revela também a questão do poder de negociação que o tradutor tem ou não em relação a quem está comprando o seu trabalho. Uma empresa pode exigir que o tradutor seja o mais invisível possível. Nesse caso, um tradutor inexperiente, ou um tradutor que esteja precisando muito de dinheiro, aceita os termos da patronagem. Como lembra Theo Hermans (1994, p.5): "Um contrato entre um tradutor profissional e um cliente cria relações de obrigação e direitos muito diferentes daquelas entre, por exemplo, professor e aluno em um instituto de tradução".³

Por outro lado, a invisibilidade do tradutor pode ser vista de forma positiva. O tradutor pode considerá-la um elemento de comodidade quando ele realiza a tradução de um livro polémico e mal visto em uma determinada comunidade linguística e deseja afirmar sua isenção com respeito à posição do autor, alegando que apenas traduziu a opinião do autor. Além disso, ser invisível pode ser visto pelo tradutor como uma qualidade tecnicamente estratégica: esconder-se para melhor aparecer. No final das contas, não há uma posição certa ou errada com relação à invisibilidade – há apenas posições diferentes que são assumidas de acordo com o conjunto de crenças que cada teórico adota.

2. [...] o termo equivalência é adotado neste livro por uma questão de conveniência – porque a maioria dos tradutores prefere ser entendida a não ser entendida.

3. Cf. o trecho original: A contract between a professional translator and a client creates relations of obligation and rights very different from those between, for example, teacher and student in a language institute.

Atrelada à crença na possibilidade da invisibilidade do tradutor está a idéia da fidelidade do tradutor. Devido ao pouco poder de barganha que o tradutor sempre teve frente a quem paga seus serviços, a idéia de que o tradutor tem que ser fiel ao autor ou ao texto que traduz sempre integrou o discurso da patronagem e contribuiu para a imagem de inferioridade que a tradução adquiriu ao longo da história. A fidelidade, na verdade, é um comprometimento que o tradutor que se propõe a ser fiel tem com a sua visão de tradução, com a visão que a patronagem tem de tradução, com a interpretação que o tradutor faz do texto original ou com algum princípio ideológico em que se pauta o trabalho do tradutor. Para uma tradutora feminista, por exemplo, tradução fiel é aquela em que se coloca a marca do discurso feminista no texto traduzido e que, segundo Sherry Simon (1996), direciona a fidelidade para o projeto da escrita.

Um caso interessante é relatado por Umberto Eco (2001a, p.89) a respeito da tradução de *O nome da rosa* para o russo:

[...] quando o romance foi traduzido em alguns países do leste (bem antes da Perestroika), alguns tradutores me chamaram e disseram que era difícil mencionar, bem no começo do livro, a invasão russa da Tchecoslováquia. Respondi que não aprovava nenhuma mudança do meu texto e que, se houvesse censura, a responsabilidade seria do editor.

Nessa situação que se passou com Eco, os tradutores deveriam ser fiéis à vontade do autor ou ao receio que tinham em relação às consequências políticas da sua tradução? Responder à pergunta "fidelidade a quem?" é um mecanismo muito valioso para o tradutor tomar consciência de qual é a sua postura perante a tradução. Além disso, é um ponto de partida válido para uma discussão sobre a visão de tradução e de leitura que tradutores, autores, leitores e editoras possuem. Entretanto, é uma questão aberta, sem uma resposta única.

A questão da invisibilidade do tradutor reforça o debate em torno da suposta não-interferência no processo tradutório. Afinal, uma questão se torna é inevitável: mesmo que alguns tradutores aceitem a idéia de sua invisibilidade no processo tradutório, será isso exequível? Como um tradutor pode realizar uma tradução e não exercer nenhuma influência no ato tradutório?

Obviamente, a possibilidade de não-interferência não existe. Traduzir sempre envolve interpretações, escolhas e decisões que cabem ao tradutor, mesmo que haja algumas delas que dependam das imposições da patronagem. O dedo do tradutor sempre estará presente no texto traduzido: o tradutor constrói, produz um texto na língua-meta a partir de um texto na língua-fonte; ele não reproduz um texto sem nenhuma marca pessoal.

Portanto, não há como não se ver o ato tradutório como um ato de transformação. Mas a tradução é um ato de transformação de quê? De um texto a partir do qual a tradução se origina: o texto original. O status do texto original evidencia mais uma controvérsia entre os teóricos da tradução, revelando um forte poder por parte de alguns adeptos da vertente pós-estruturalista em usar a palavra original. Observem-se as seguintes palavras de Arrojo (2002, p.79):

[...] tradicionalmente, o "original" se refere ao texto a partir do qual se "origina" a tradução. Mas, por associar o texto a ser traduzido à "origem", a denominação texto original pode sugerir também que toda tradução não passa de uma tentativa de reprodução, cópia sempre imperfeita e sempre inferior ao modelo, à matriz "original".

Arrojo coloca o adjetivo "original" e o verbo "originar" entre aspas, o que é curioso, pois não há como negar que a tradução só existe em função da existência anterior de um texto. A tradução, portanto, parte de um texto, origina-se em um texto. Nesse sentido, texto original é um termo adequado. Afinal, o texto traduzido é, sim, temporalmente secundário em relação ao texto original. Essa secundariedade temporal, contudo, não significa que o trabalho do tradutor seja inferior, secundário ou sem valor.

Entretanto, Arrojo se apega ao que o termo texto original pode sugerir e apro-funda a controvérsia a partir dessa possibilidade. Ora, texto original é um termo consagrado e dificilmente deixará de ser usado pelos teóricos da tradução. Observe-se, por exemplo, um caso curioso: ao longo de *Oficina de tradução*: a teoria na prática, Arrojo usa o termo texto de partida, que ela sugere para substituir texto original, duas vezes, e usa o termo original 24 vezes entre aspas e oito vezes sem aspas, o que evidencia que nem ela própria consegue fugir do uso desse termo.

Ainda vinculada à questão do texto original, temos a discussão acerca do conteúdo do texto. É comum ouvir e ler teóricos pós-estruturalistas afirmarem que o conteúdo do texto é instável. Arrojo (ibid.), por exemplo, chega a propor que se use a imagem do palimpsesto para representar o texto, que se apaga em cada comunidade cultural e a cada época, dando lugar a novas versões do "mesmo" texto.

Será que Arrojo quer dizer com isso que o texto não se apaga durante o período em que a época durar? Se o texto não se apagar nesse período, ele permanece o mesmo, estável, durante esse tempo? Ora, a época em que um texto é escrito imprime marcas culturais e linguísticas ao texto, as quais o leitor não pode simplesmente ignorar ao interpretá-lo. Eco (2001b, p.80-81) dá um exemplo muito interessante disso ao comentar a análise que o crítico desconstrutivista Geoffrey Hartman faz do poema *I wander lonely as a cloud*, de Wordsworth:

Lembro que, em 1985, durante um debate na Universidade Northwestern, disse a Hartman que ele era um desconstrucionista "moderado" porque se absteve de ler o verso

"A poet could not but be gay"
("Um poeta só poderia ser alegre")

como um leitor contemporâneo leria se o verso fosse encontrado na revista *Playboy*. Em outras palavras, um leitor sensível e responsável não é obrigado a especular sobre o que se passou na cabeça de Wordsworth ao escrever aquele verso, mas tem o dever de levar em conta o sistema léxico da época de Wordsworth. No

tempo dele, *gay* não tinha nenhuma conotação sexual, e reconhecer este ponto significa interagir com um tesouro cultural e social. (...) se quiser interpretar o texto de Wordsworth, terei de respeitar seu pano de fundo cultural e linguístico.

Um texto, portanto, não se apaga a cada época cultural. Por mais diferenças culturais que existam entre a época em que o texto é escrito e a época em que é lido, o leitor não pode simplesmente interpretar o que está no texto da forma que quiser. (Aliás, poder ele pode, mas sua interpretação terá grandes chances de ser inadequada.) Essas marcas culturais estão plasmadas no texto através do seu sentido literal, que é o próximo conceito a ser considerado.

Para muitos teóricos pós-estruturalistas da tradução, não há em um texto significados latentes que possam ser compreendidos, decifrados. É o tradutor que, ao interpretar o texto, cria significados. Entretanto, o tradutor não interpreta o texto da forma que quiser, não cria significados da forma que quiser. Há limites para sua interpretação, limites impostos pelas convenções sociais e linguísticas criadas pela comunidade social da qual o tradutor faz parte. Segundo Arrojo (1992, p.39), o significado não se encontra preservado no texto e também não surge da vontade de um leitor rebelde, mas se encontra na trama das convenções que determinam os limites do próprio leitor. Um fator que impõe limites ao leitor é o próprio texto, mas Arrojo, olhando apenas na direção das convenções impostas pela comunidade, esquece-se de que o texto traz em si os significados literais que o autor colocou no texto em consonância com os limites a ele impostos por tais convenções.

É interessante notar que, se o significado se encontra nessa trama das convenções, o leitor não é mais um produtor de significados, mas sim um descobridor dos significados que são determinados pelas convenções que também determinam o próprio leitor. O que Arrojo chama de "convenções" é, na verdade, o conjunto de convenções estabelecido por aquilo que Stanley Fish (1980) chama de "comunidades interpretativas", i.e. "conjunto de elementos responsáveis, numa determinada época e numa determinada sociedade, pela emergência de significados aceitáveis" (ARROJO, 2002, p.79). Arrojo acaba por adotar a posição de Fish: no final das contas, nem é o texto nem o tradutor – ou o leitor – quem dá significado ao texto, mas, sim, as convenções da comunidade interpretativa da qual o tradutor participa. Fish (1980) num só golpe (*at a stroke*, para usar as palavras exatas dele), dissolve a distinção entre leitor e texto e diz que tudo resulta das comunidades interpretativas.

Essa posição é chamada, muito apropriadamente, por Jonathan Culler (1997), de "monismo radical" pelo fato de tudo ser considerado o resultado de estratégias interpretativas. Culler (1997, p.89) lembra que a distinção entre texto e leitor, entre objeto e sujeito é imprescindível quando se fala de uma experiência de leitura, mas tal distinção, para Fish, é eliminada de um só golpe pelas comunidades interpretativas:

[...] a distinção entre sujeito e objeto é mais resistente do que pensa Fish, e não será eliminada de "um só golpe". Ela reaparece assim que se tenta falar sobre in-

terpretação. Para discutir uma experiência de leitura, é preciso que se tenha um leitor e um texto. Para toda história de leitura é preciso que haja algo com que o leitor se depare, pelo que seja surpreendido, com que aprenda. Interpretação é sempre interpretação de alguma coisa, e esta alguma coisa funciona como objeto em uma relação sujeito-objeto, ainda que possa ser encarada como o produto de interpretações anteriores.

Ora, para que a interpretação aconteça, não há como não se dissociar o texto do leitor. Quem interpreta, interpreta alguma coisa: há um sujeito e um objeto. Portanto, a posição de Fish, no que diz respeito à idéia de que o texto e o leitor são ambos produtos das interpretações da comunidade interpretativa e, por isso, eliminados "de um só golpe", não se sustenta. Como afirma Culler (*ibid.*, p.89):

Tudo é constituído pela interpretação – tanto que Fish admite não poder responder à seguinte pergunta: Atos interpretativos são interpretações do quê? (p.165). Histórias de leituras, no entanto, não deixam essa pergunta sem resposta. É preciso que haja sempre dualismos: um intérprete e algo a interpretar, um sujeito e um objeto, um ator e algo sobre o que ele age ou que age sobre ele.

O tradutor lê um texto e o interpreta para poder traduzi-lo. Se ele interpreta o texto, isso acontece porque algo há no texto para ser interpretado. E esse algo é o sentido literal, sim. Se alguém se interessa em conhecer o pensamento de Maquiavel, por exemplo, ele provavelmente lerá *O Príncipe*. E por quê? Porque nesse livro estão contidas muitas idéias de Maquiavel. Porque Maquiavel colocou sentido no seu texto. Isso não significa, porém, que todos os leitores interpretam os pensamentos de Maquiavel da mesma maneira. A forma como essas idéias são interpretadas, como o sentido é interpretado pode variar de leitor para leitor, de comunidade interpretativa para comunidade interpretativa, de cultura para cultura. Mas não há como negar que elas estão plasmadas lá no texto.

Os teóricos pós-estruturalistas da tradução simpatizam muito com a proposta desconstrutivista de Derrida, mas, curiosamente, não percebem como essa proposta assume implicitamente o fato de um texto conter significados literais, que seu autor nele colocou. Nas palavras de Kanavillil Rajagopalan (1992, p.26):

Nas mãos de Derrida, a desconstrução se torna uma poderosa arma, um instrumento de capacidade inesgotável, que serve para perfurar um texto até suas entranhas e explorá-las a fim de desenterrar aquele "ponto cego" que o autor nunca viu e nem quis ver, e que o texto procura, na medida do possível, acobertar para que ninguém os veja.

As palavras dramáticas de Rajagopalan denunciam um fato: o texto possui significados que só podem ser descobertos, "desenterrados", pelo leitor que impõe uma leitura desconstrutivista ao texto, i.e. por um leitor que busque no texto seus sentidos ocultos, entranhados. Bem, essa é uma confissão inquestionável, fornecida por um teórico pós-estruturalista: o texto tem significado antes de ser

lido. O interessante é que esse significado está oculto, podendo ser descoberto apenas por aqueles iniciados, que possuem a chave, i.e. a desconstrução, para levantar o véu sob o qual o significado se oculta. Eco (2001a) tem, pois, toda razão ao afirmar que alguns críticos desconstrutivistas comportam-se da mesma maneira que aqueles a quem chama de "Seguidores do Véu", críticos que buscam sempre um sentido oculto nos textos da mesma forma que os leitores de textos esotéricos o fazem.

E. D. Hirsch também tem uma posição interessante e coerente a respeito do sentido do texto e da relação entre o texto e o leitor. Segundo Culler (ibid., p.91-92):

[...] Hirsch afirma que a atividade da interpretação depende da distinção de um sentido que está no texto (porque o autor o colocou aí) e uma significância que é fornecida. "Se um intérprete não considerasse que o sentido do texto está ali como uma ocasião para contemplação ou aplicação, ele não teria nada para pensar ou falar a respeito. Seu estar ali, sua auto-identidade de um momento ao outro, permite que seja contemplado. Assim, enquanto sentido é um princípio de estabilidade, significância traz um princípio de mudança" (p.80). Para Hirsch, a indispensabilidade dessa distinção é confirmada pelo desejo de seus oponentes de afirmar que ele os interpretou mal e, portanto, que seus trabalhos efetivamente têm sentidos estáveis diferentes da significância que os intérpretes poderiam lhes dar.

Na verdade, toda essa discussão a respeito do leitor e do texto gira em torno da questão do controle: é o texto que controla o leitor ou o leitor que controla o texto? Para alguns, o texto é dominado pelo leitor; para outros, é o texto que domina o leitor. Essa luta entre o poder do texto e o poder do leitor é chamada por Eco (2001) de dialética entre os direitos dos textos e os direitos de seus intérpretes. Para Eco (2001a, p.27), "no decorrer das últimas décadas, os direitos dos intérpretes foram exagerados".

Há teóricos que em um momento acham que o leitor é o dominante, noutro momento acham que o texto passa a dominar o leitor. Culler lembra que Fish também oscila entre uma posição e outra. E na sua indecisão, Fish radicaliza e acaba por eliminar o texto e o leitor em função do poder que a comunidade interpretativa tem de determinar tanto o texto quanto o leitor, como já foi mencionado mais acima.

Terry Eagleton (1998, p.35) afirma que o pós-modernismo:

Ao mesmo tempo libertário e determinista, sonha com um sujeito livre de limitações, deslizando feito um desvaído de uma posição a outra, e sustenta simultaneamente que o sujeito é o mero efeito do conjunto de forças que o constituem.

Ainda segundo Eagleton (ibid., p.89):

[...] o sujeito pós-moderno é, paradoxalmente, ao mesmo tempo "livre" e deter-

minado, "livre" porque constituído até a alma por um conjunto difuso de forças. Nesse sentido, ele é simultaneamente mais e menos livre que o sujeito autônomo que o precedeu. Por outro lado, a tendência culturalista do pós-modernismo pode levar a um autêntico determinismo: o poder, o desejo, as convenções ou as comunidades interpretativas nos moldam, sem que possamos evitá-lo, a comportamentos e crenças específicas.

Para ilustrar de forma mais concreta a nossa discussão, analisemos um exercício de tradução feito por Arrojo com o poema *This is just to say*, do poeta americano William Carlos Williams. Primeiro, ela apresenta o texto como se este fosse um bilhete escrito por um hóspede americano e deixado sobre a mesa da cozinha de seu anfitrião brasileiro. Em seguida, Arrojo (2002, p.32) comenta que:

Como tradutores de um simples bilhete de caráter pessoal, cujo contexto e função acabam de ser estabelecidos, sabemos que nosso objetivo é reproduzir a informação e o pedido de desculpas do "original" [...].

Arrojo, então, traduz o bilhete e escreve:

Teríamos, entretanto, outras leituras, outras traduções e, portanto, pelo menos um outro "texto" ao constatarmos que o fragmento acima, é, na verdade, um poema [...].

As palavras de Arrojo merecem uma observação mais cuidadosa. Ela escolhe o adjetivo "simples" para qualificar "bilhete". Ora, ser simples é uma característica comum a qualquer bilhete. Portanto, qual a necessidade dessa marca adjetiva? Arrojo está, claramente, direcionando a atenção do leitor para a conclusão que vem em seguida: de que traduzir um bilhete é mais fácil do que traduzir um poema, i.e. traduzir um texto não-literário é mais fácil do que traduzir um texto literário. Depois ela diz qual é o seu objetivo quanto à tradução do bilhete: reproduzir a informação e o pedido de desculpas do "original". A não ser que Arrojo estivesse sendo irônica, o que não transparece nas suas palavras, ela acaba fazendo aquilo que tanto criticou ao longo de alguns de seus textos, pois, de certo modo, define tradução como reprodução do conteúdo de um texto. Talvez ela use o termo "reproduzir" porque considera a tradução de um bilhete mais fácil do que a tradução de um poema já que, para o poema, há outras leituras, outras traduções possíveis. Parece que a tradução do bilhete é o que ela chama de "tradução simples, despretensiosa", considerando-se a seguinte afirmação:

Enquanto a tradução do texto/bilhete não nos trouxe maiores dificuldades, a tradução do texto/poema nos obrigaria a tomar várias decisões nada fáceis. (ARROJO, 2002, p.33)

O importante aqui é entender o que Arrojo quer dizer com "não trazer maiores dificuldades". Uma leitura que se pode fazer desse trecho é que os significados do bilhete estão mais à tona, mais visíveis, enfim, literais, tornando mais fácil a

sua tradução e não exigindo um exercício interpretativo muito grande por parte do tradutor.

O texto em questão traz a palavra *plums*, sobre a qual Arrojo (ibid., p.36) comenta:

A tradução do substantivo *plums*, que nos pareceu óbvia quando consideramos o texto/bilhete, passa a ser problemática quando lidamos com o texto/poema, exatamente porque, quando "aceitamos" ler um determinado texto de forma "poética" [isto é, quando aceitamos que determinado texto possa ser rotulado de "poema", passamos a considerar significativas todas as relações e associações que pudermos combinar numa interpretação coerente.

Arrojo não faz nenhum comentário sobre o que é uma tradução óbvia, simples, despretensiosa. Entretanto, se a tradução da palavra *plums* parece óbvia no bilhete, é porque seu significado é mais transparente, é literal.

Curiosamente, Eco também comenta a respeito de uma palavra que se refere a uma fruta e que está no texto *Mercury; Or the Secret and Swift Messenger de John Wilkins*. Nesse texto, há uma carta que uma pessoa escreve para outra, explicando que está enviando uma determinada quantidade de figos em uma cesta por intermédio de um escravo índio. Eco especula a respeito de como essa carta seria interpretada se fosse colocada em uma garrafa, jogada ao mar e encontrada por um linguista ou um semioticista, que levantaria hipóteses a respeito dos figos mencionados na carta. Uma dessas hipóteses seria:

Os figos podem ser entendidos [ao menos hoje] num sentido retórico [em expressões como *to be in good fig* [estar em boa formal], *to be in full fig* [estar em plena formal], *to be in poor fig* [estar em más condições], e a mensagem poderia comportar uma interpretação diferente. Mas, mesmo neste caso, o destinatário se apoiaria em certas interpretações convencionais preestabelecidas de "figo" que não são as mesmas, digamos, de "maçã" ou "gato". (ECO, 2001a, p.49)

Observe-se que Eco fala em "interpretações convencionais preestabelecidas". Por mais que Arrojo faça interpretações do que *plums* significa ou pode significar no poema, ela não pode fugir do fato de que *plums* não é a mesma coisa que *avocados* ou *unicorns*, por exemplo. Em outras palavras, Arrojo tem que partir do significado literal, preestabelecido pela comunidade de falantes de inglês, que diferencia o lexema *plums* de outros lexemas da língua inglesa. É provavelmente por isso que ela considera a tradução de *plums* óbvia no bilhete: ela diz, sem dizer, que o significado de *plums* é o literal e, por isso mesmo, óbvio.

No caso do poema, as associações e as relações que podem ser feitas a partir da palavra em questão é o que dá significados diferentes daquele que a palavra tem no bilhete. Parece, assim, que o tipo de texto desempenha um papel crucial na interpretação que se faz dele. Eco (2001c, p.164-165) faz uma reflexão interessante sobre a interpretação de textos literários e textos teóricos, a qual vale a pena transcrever por completo:

Quando escrevo um texto teórico, procuro chegar, partindo de um amontoado desconexo de experiências, a uma conclusão coerente, e proponho essa conclusão a meus leitores. Se não concordam, ou se tenho a impressão de que a interpretação mal, reajo contestando a interpretação do leitor. Quando escrevo um romance, ao contrário, mesmo que parta (provavelmente) do mesmo amontoado de experiências, percebo que não estou tentando impor uma conclusão: represento um jogo de contradições. Não é que eu não imponha uma conclusão por não haver conclusão; ao contrário, há muitas conclusões possíveis (frequentemente cada uma delas encarnada em um ou mais personagens diferentes). Abstenho-me de impor uma escolha entre elas não porque não queira escolher, mas porque a tarefa de um texto criativo é mostrar a pluralidade contraditória de suas conclusões, deixando os leitores livres para escolher – ou para decidir que não há escolha possível. Neste sentido, um texto criativo é sempre uma Obra Aberta. [...] Discordo da afirmação de Valéry de que "il n'y a pas de vrai sens d'un texte", mas aceito a afirmação de que um texto pode ter muitos sentidos. Recuso a afirmação de que um texto pode ter qualquer sentido.

A reflexão de Eco é bastante esclarecedora. Um texto literário propicia um ritual de interpretações que um texto não-literário não propicia. Um manual técnico sobre como usar uma máquina industrial de alta tecnologia e de preço elevado importada dos Estados Unidos, por exemplo, não deve ser interpretado por um tradutor de um jeito e de um jeito diferente por outros tradutores senão o operador brasileiro pode até danificá-la se as instruções não forem aquelas indicadas no manual original. A própria natureza de um manual técnico, de um texto teórico ou de um bilhete não dá margem a interpretações tão distintas como um poema ou uma canção dá. É por essa razão que Arrojo considera a tradução do bilhete simples; e é pela mesma razão que ela problematiza apenas a tradução de poemas, e não de textos técnicos ou teóricos.

3. Considerações finais

A resistência que os teóricos pós-modernos da tradução têm em admitir um fato tão óbvio quanto o sentido literal só é compreensível se for percebida como um comportamento reativo radical a posicionamentos teóricos igualmente radicais, como o estruturalismo, que elimina o contexto social, cultural, pragmático de suas análises. Eagleton (1998, p.34-35) faz uma crítica ao radicalismo do pós-modernismo:

Apesar de toda a sua tão alardeada abertura para o Outro, o pós-modernismo pode se mostrar quase tão exclusivo e crítico quanto as ortodoxias a que ele se opõe. [...] Trata-se de uma heterodoxia de todo ortodoxa, que como qualquer forma imaginária de identidade precisa de seus bichos-papões e alvos imaginários para manter-se na ativa.

Talvez Eagleton esteja certo. Talvez os pós-modernos precisem de seus bichos-papões [Nida, Catford, "equivalência", "texto original" e "significado literal", por exemplo]. O problema é que há uma tendência nos estudos da linguagem, seja na teoria da tradução, seja na lingüística, para a discussão de muitas questões em termos de "ou isso ou aquilo" ao invés de "isso e aquilo". Formalismo ou funcionalismo? Tradução pós-moderna ou tradução tradicional? Sentido literal ou sentidos criados pelo leitor? A fonte de significado é o leitor ou o texto? Ora, por que não pensar que o estudo estrutural do léxico pode contribuir para ampliar o conhecimento que os tradutores têm a respeito das línguas e para auxiliar no processo de aquisição de competência tradutória daqueles que pretendem exercer a profissão de tradutor?

Excessos e radicalismo no processo de construção de conhecimento tendem a não serem benéficos. Afinal, como já dizia Aristóteles, o equilíbrio está no meio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. 4. ed. 3. imp. São Paulo: Ática, 2002.
- BAKER, Mona. *In other words – a coursebook on translation*. reimp. Londres: Routledge, 1999.
- CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Tradução Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Tradução Elizabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- ECO, Umberto. *Interpretação e história*. In: ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.
- _____. Entre o autor e o texto. In: ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.
- _____. Réplica. In: ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001c.
- _____. *A busca da língua perfeita na cultura européia*. Tradução Antonio Angonese. São Paulo: EDUSC, 2001d.
- FISH, Stanley. *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*. 11. imp. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- LYONS, John. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Tradução: Marilda Averbug e Clarisse de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, [1981] 1987.
- HERMANS, Theo. Translation as institution. In: SNELL-HORNBY, Mary et al. *Translation as intercultural communication: selected papers from the EST Congress*, Prague, 1994. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1994. p. 3-20.

NIDA, Eugene; TABER, Charles. *The theory and practice of translation*. 2. imp. Holanda: E. J. Brill, Leiden, 1982.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A trama do signo: Derrida e a desconstrução de um projeto saussuriano. In: ARROJO, Rosemary. (org.) *O signo desconstruído – implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992. p. 25-29.

RODRIGUES, Cristina. *Tradução e diferença*. São Paulo: UNESP, 1999.

SIMON, Sherry. *Gender in translation*. Londres: Routledge, 1996.

VENUTI, Lawrence. *The translator's invisibility – a history of translation*. Nova Iorque: Routledge, 1994.